

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 919.304 DISTRITO FEDERAL

RELATOR	: MIN. MARCO AURÉLIO
RECTE.(S)	: HABTO CONFECÇÕES LTDA
ADV.(A/S)	: EDUARDO KUTIANSKI FRANCO E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: MALWEE MALHAS LTDA
ADV.(A/S)	: CRISTIANE DRIESSEN VALLE E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: DUDALINA S/A
ADV.(A/S)	: SÉRGIO FERNANDO HESS DE SOUZA E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: DIRCE DA SILVA RIBEIRO
ADV.(A/S)	: DANIEL TOLEDO DE SOUSA E OUTRO(A/S)

DECISÃO

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO –
PESSOA JURÍDICA – ASSISTÊNCIA
JUDICIÁRIA GRATUITA –
NECESSIDADE – COMPROVAÇÃO –
AGRAVO DESPROVIDO.**

1. Não assiste razão à recorrente. A decisão do Tribunal Superior do Trabalho está em consonância com a jurisprudência do Supremo. Confirmam com a seguinte ementa:

AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSUAL CIVIL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. PESSOA JURÍDICA. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS. AGRAVO IMPROVIDO. I – A jurisprudência desta Corte é no sentido de que não basta a mera alegação de que é entidade sem fins lucrativos ou beneficente, devendo ser comprovada a insuficiência de recursos, para solicitar a assistência judiciária gratuita. Precedentes. II – Agravo regimental a que se nega provimento.

(Agravo Regimental no Mandado de Segurança nº

ARE 919304 / DF

27.857/DF - Relatado no Pleno pelo ministro Ricardo Lewandowski, publicado no Diário da Justiça de 29 de junho de 2015).

2. Ante o quadro, conheço do agravo e o desprovejo.

3. Publiquem.

Brasília, 9 de outubro de 2015.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator